



Sacione, publique-se registre-se e  
de-se ciência à Câmara dos Vereadores.

Em 21 de JUNHO de 1993

PREFEITO

ESTADO DE PERNAMBUCO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO  
CEP. 56.250.000 — GABINETE DO PRESIDENTE

LEI Nº 402

**SÍNTESE:** Dispõe sobre a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Trindade e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE, Estado de Pernambuco, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - As eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Trindade-PE serão realizadas no prazo de 30 (trinta) dias antes do último dia do mandato dos que estiverem em exercício, contados regressivamente.

Art. 2º - Poderão votar os cidadãos com domicílio eleitoral neste Município.

Art. 3º - São inelegíveis os que não forem eleitores e os que não satisfazem os requisitos estabelecidos no artigo 13 da Lei nº 384, de 24 de agosto de 1992.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO VOTO SECRETO**

Art. 4º - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I - Uso da cédula única oficial contendo os nomes de todos os candidatos registrados, aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Isolamento do eleitor em cabine indepassável;

III - Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio;

IV - Verificação da autenticidade da cédula oficial à vista da rubrica.

Em 21 de Junho de 1993



ESTADO DE PERNAMBUCO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO  
CEP. 56.250.000 — GABINETE DO PRESIDENTE

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS ELEIÇÕES**

Art. 5º - A Comissão Eleitoral é o órgão de decisão encarregada de convocar, preparar, presidir e realizar as eleições.

§ 1º Serão quatro (04) os integrantes da Comissão Eleitoral indicados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre os seus conselheiros.

§ 2º A Comissão Eleitoral será presidida pelo seu membro mais antigo, cabendo aos demais os atos decisórios.

#### **Seção II - Da Convocação.**

Art. 6º - A eleição de que trata esta Lei será convocada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 30 (trinta) dias antes da data prevista para realização, mediante edital afixado nos edifícios da Câmara Municipal, do Fórum e da Prefeitura.

Art. 7º - O edital de convocações mencionará locais, dia e horários de início e encerramento da votação.

#### **Seção III**

##### **Dos Requisitos da Inscrição e do Registro das Candidaturas.**

Art. 8º - O pedido de inscrição assinado pelo candidato com a qualificação completa e instruído com a documentação completa e necessária à comprovação dos requisitos legamente exigidos, será dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do edital de convocação.

Art. 9º - Terminado o prazo para inscrição das candidaturas, a Comissão Eleitoral mandará publicar edital nos locais referidos no artigo 5º, informando o nome dos candidatos inscritos, fixando prazo de 03 (três) dias para o recebimento de impugnação por parte do Ministério Público ou de qualquer eleitor.





Sacione, publique-se registre-se e  
de-se ciência à Câmara dos Vereadores.

Em 21 de JUNHO de 1993

PREFEITO

ESTADO DE PERNAMBUCO

## CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO  
CEP. 56.250.000 — GABINETE DO PRESIDENTE

Parágrafo Único - Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público, se por ele não houver sido ofertada, para manifestação no prazo de 02 (dois) dias, decidindo a Comissão em igual prazo, irrecorrivelmente.

Art. 10º - Deferidas as inscrições, a Comissão, em livro de atas, registrará os nomes dos candidatos habilitados no pleito e expedirá edital, na forma do artigo 5º.

### Seção IV

#### Das Mesas Receptoras

Art. 11 - As Mesas Receptoras serão compostas por um Presidente, um Mesário, um Secretário e um Suplente nomeados pela Comissão Eleitoral, 20 (vinte) dias antes da eleição.

§ 1º - Os mesários substituirão o presidente de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral;

§ 2º - Não comparecendo o presidente até às 7 h 30 min. assumirá a presidência o mesário e na sua falta ou impedimento, o secretário ou o suplente;

§ 3º - Poderá o presidente nomear ad hoc, dentre os eleitores presentes não impedidos, os que forem necessários para completar.

Art. 12 - Serão instaladas 03 (três) mesas receptoras na sede e uma em cada um dos povoados.

Art. 13 - Não poderão ser nomeados membros das mesas receptoras os candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o 2º grau.

Art. 14 - Compete ao presidente da mesa receptora:

I - receber os votos dos eleitores;

II - decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;



Sacane, publique-se registro se o  
de-se ciencia a Câmara dos Vereadores.

Em 21 de Junho de 1993

PREFEITO

ESTADO DE PERNAMBUCO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO

CEP. 56.250.000

GABINETE DO PRESIDENTE

III - remeter à Comissão Eleitoral todos os papéis e materiais que tiverem sido utilizados durante a recepção dos votos;

IV - autenticar com a sua rubrica as cédulas oficiais;

V - tomar por termo as impugnações de candidatos e fiscais, durante a recepção de voto.

Art. 15 - Compete aos demais membros da mesa, cumprirem as determinações do presidente.

### Seção V

#### Da Fiscalização

Art. 16 - Cada candidato poderá nomear um fiscal junto a cada mesa receptora.

Parágrafo Único - O ato de nomeação será encaminhado ao presidente da Comissão Eleitoral com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que aponha, o seu visto, sem o que não será admitido a fiscalizar.

### Seção VI

#### Da Votação

Art. 17 - No dia anterior ao previsto para votação a Comissão Eleitoral entregará ao presidente de cada mesa receptora o seguinte material:

I - uma urna vazia, vedada pela Comissão com tiras de papel gomado;

II - cédula únicas com as candidaturas registradas

III - um livro de ata e para registro dos eleitores votantes;

IV - material de expediente necessário aos trabalhos de votação.

Art. 18 - A votação terá início às 8:00h e se encerra





ESTADO DE PERNAMBUCO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO  
CEP. 56.250.000 — GABINETE DO PRESIDENTE

Sacione, publique-se registre-se e  
de-se ciência à Câmara dos Vereadores.

Em 21 de Junho de 1993

PRESIDENTE

Art. 19 - No ato de recebimento do material, os membros da mesa receptora verificarão se está em ordem o material para votação, providenciando o presidente para que sejam supridas as eventuais deficiências.

Art. 20 - À hora prevista e considerando o recinto e o material em condições, o presidente declarará iniciados os trabalhos de votação.

Art. 21 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de sua apresentação à mesa, depois de identificação assinará no livro de registro, receberá a cédula oficial e, na cabine indevassável, marcará o retângulo próprio ao nome de sua preferência e após dobrá-la depositará-a na urna colocada na mesa receptora.

Parágrafo Único - Antes de depositar a cédula na urna o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa, para que verifique, sem tocar a sua autenticidade.

Art. 22 - Só será admitido a votar o eleitor que estiver quite com a Justiça Eleitoral.

Art. 23 - O Presidente da mesa rubricará e datará o comprovante da última eleição.

Art. 24 - No livro de ata será lançado o número do título, a assinatura de cada eleitor.

Parágrafo Único - O eleitor analfabeto após a impressão digital de seu polegar direito, assinando a seu rogo, o necessário.

Art. 25 - À hora designada para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores aptos, serão convidados em voz alta a fazerem entrega dos seus respectivos títulos, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

Art. 26 - Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com aposição de tiras de papel gomado, rubricada pelos membros na mesa e pelos fiscais.



ESTADO DE PERNAMBUCO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO

CEP. 56.250.000

GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 27 - No livro de ata serão registradas todas as ocorrências da eleição.

Art. 28 - O Presidente da mesa receptora, encerrados os trabalhos, fará entrega, mediante recibo à Comissão Eleitoral da urna e do material usado durante a votação.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA APURAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

##### **Seção I**

##### **Da apuração**

Art. 29 - A Mesa Apuradora será composta de 01(um) Presidente, 01(um) Secretário e 01(um) Suplente, nomeados pela Comissão Eleitoral no prazo de 10(dez) dias antes das eleições.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade dos trabalhos poderá o Presidente da mesa nomear auxiliares quantos sejam necessários.

Art. 30 - A apuração começará no dia seguinte ao das eleições, no edifício do FÓRUM local e salvo motivo justificado terminará no prazo de 02(dois) dias.

Art. 31 - As impugnações e incidentes ocorridos no curso da apuração serão decididos pela Mesa Apuradora, com recurso para a Comissão Eleitoral, no prazo de 24(vinte e quatro) horas da decisão.

Art. 32 - Das decisões da Comissão Eleitoral não caberá recursos.

##### **Seção II**

##### **Da Fiscalização**

Art. 33 - A fiscalização durante os trabalhos de apuração será realizada pelo próprio candidato ou pessoa de sua indicação, credenciada perante a Comissão Eleitoral, e pelo Ministério Público.

### **CAPÍTULO V**

#### **DOS RESULTADOS**



Em 21 de Junho de 1993



ESTADO DE PERNAMBUCO

**CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO

CEP. 56.250.000

GABINETE DO PRESIDENTE

PREFEITO

Art. 34 - encerrados os trabalhos de contagem dos votos a Mesa Apuradora registrará, em livro de ata, as ocorrências, inclusive o número de votos válidos, brancos, nulos bem como os obtidos por cada candidato.

Art. 35 - Serão proclamados eleitos titulares e suplentes os candidatos mais votados, observando-se a ordem decrescente dos votos.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate a classificação será definida pelo tempo de trabalho com criança e adolescente, e, ocorrendo novo empate, a decisão será procedida por sorteio.

Art. 36 - Os nomes dos candidatos eleitos, titulares e suplentes, serão publicados em edital, afixado nas sedes do Conselho Municipal e do Fórum locais, no mesmo dia em que se encerra a apuração.

**CAPÍTULO VI**

**DA POSSE**

Art. 37 - Os eleitos tomarão posse no cargo de Conselheiro perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 15(quinze) dias após a publicação do resultado.

Art. 38 - Os casos omissos serão objetos de deliberação, pela Comissão Eleitoral, aplicando-se subsidiariamente à legislação eleitoral em vigor.

Art. 39 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Fica revogada as disposições em contrário.



Sacione, publique-se registre-se e  
de-se ciência à Câmara dos Vereadores.

Em 21 de JUNHO de 1993

PREFEITO

ESTADO DE PERNAMBUCO


**CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE**

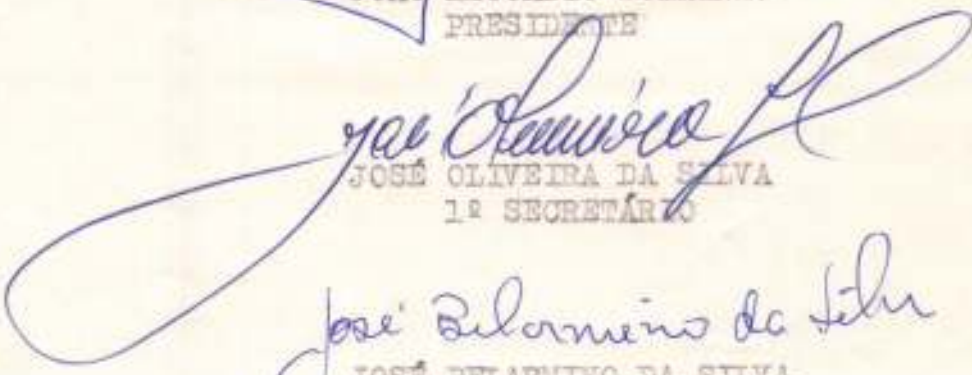
CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO

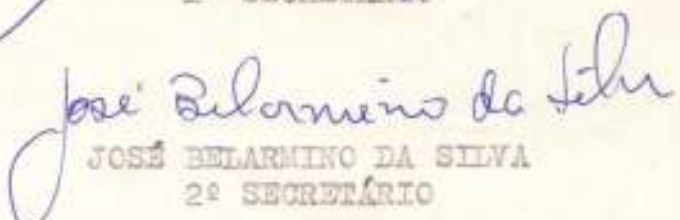
CEP. 56.250.000

GABINETE DO PRESIDENTE

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE,  
em 18 de junho de 1993.

  
JOÃO LEOCÁDIO SOBRINHO  
PRESIDENTE

  
JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA  
1º SECRETÁRIO

  
JOSÉ BELARMINO DA SILVA  
2º SECRETÁRIO